



## **LEI ORDINÁRIA Nº 1295**

*de 01 de março de 2007*

**"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -. CONSELHO DO FUNDEB", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.-.-.-.-.-**

**.-.-.-.-.**

*EVANDRO ANTONIO BAZZO, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal Aprovou e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:*

### **Capítulo I.**

#### **Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º..** *Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- Conselho do FUNDEB, no Âmbito do Município de Jardim - Estado de Mato Grosso do Sul.*

### **Capítulo II.**

#### **Da Composição**

**Art. 2º..** *O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por nove Membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:*

**I.** um representante da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder

Executivo Municipal;

**II.** um representante dos professores das escolas públicas municipais;

**III.** um representante dos diretores das escolas públicas municipais,-

**IV.** um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

**V.** dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

**VI.** dois representantes dos estudantes da educação básica pública;

**VII.** um representante do Conselho Tutelar; e

**VIII.** um representante do Poder Executivo. ~~(REVOGADO)~~

**1º.**

Os membros de que tratam os incisos II, III, IV, V ,VI e VII, deste artigo serão indicados pelas respectivas representações, juntamente com os suplentes, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares.

**2º.** A indicação referida no art. 1º, caput, deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, para a nomeação dos conselheiros.

**3º.** Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

#### **4º**

*Os representantes, titular e suplente, dos diretores das escolas públicas municipais deverão ser diretores eleitos por suas respectivas comunidades escolares.*

#### **5º** *São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:*

**I.** *cônjuge e parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;*

**II.** *tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;*

**III.** *estudantes que não sejam emancipados; e*

**IV.** *pais de alunos que:*

**a).** *exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou*

**b).** *prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.*

**Art. 3º..** *o suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:*

**I.** *desligamento por motivos particulares;*

**II.** *rompimento do vínculo de que trata o § 30, do art. 2º; e*

**III.** *situação de impedimento previsto no § 6º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.*

**1º.** *Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.*

**2º.** *Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.*

**Art. 4º..** *O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.*

### **Capítulo III.** *Das Competências do Conselho do FUNDEB.*

**Art. 5º..** *Compete ao Conselho do FUNDEB:*

**I.** *acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;*

**II.** *supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;*

**III.** *examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;*

**IV.** *emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e*

**V.** *outras atribuições que legislação específica eventualmente estabeleça;*

**Parágrafo único.** . O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao

Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

#### **Capítulo IV.** Das Disposições Finais

**Art. 6º..** O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos conselheiros.

**Parágrafo único.** . Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 2º, 1 desta lei.

**Art. 7º..** Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

**Art. 8º..** No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

**Art. 9º..** As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

**Parágrafo único.** . As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

**Art. 10.** O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

**Art. 11.** A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

***I.*** A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

***II.*** é considerada atividade de relevante interesse social;

***III.*** assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

***IV.*** veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

***a).*** exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

***b).*** atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

***c).*** afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

***Art. 12.***

O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

***Parágrafo único.*** . A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

***Art. 13.*** O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

**I.** apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e O

**II.** por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

**Art. 14.** Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do conselho do FUNDEB, cujo mandado está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do conselho.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JARDIM/MS EM, 01 DE MARÇO DE 2007

EVANDRO ANTONIO BAZZO

Prefeito Municipal

---

Lei Ordinária Nº 1295/2007 - 01 de março de 2007

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*